



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS
R. Sorbone, 375 - Centreville CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0009878-46.2013.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
Requerente: **Antonio Romão da Silva**
Requerido: **Banco Itau Seguros Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

ANA CAMILA ROMÃO DA SILVA pediu a condenação de **ITAÚ SEGUROS S. A.** ao pagamento de verba indenizatória decorrente do falecimento de seu pai, Antonio Romão da Silva, haja vista a existência de contrato de seguro.

Citada, a ré contestou o pedido, afirmando que somente incidiria a cobertura securitária na hipótese de a morte decorrer de crime, o que não aconteceu.

A autora insistiu nos termos do pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Cuida-se de contrato de seguro.

O segurado faleceu, vítima de parada cardiorrespiratória.

A apólice emitida pela ré prevê a cobertura por morte ou invalidez permanente do segurado, **em consequência de crime**.

Desconhece-se o motivo pelo qual as partes contrataram o seguro de forma tão limitada. De todo modo, tanto as partes quanto a beneficiária do seguro se vinculam aos termos do contrato e do respectivo certificado então emitido.

Convém destacar que a autora, inadvertidamente, supõe-se, encartou o documento de fls. 8 de modo invertido, o que este juízo agora corrigiu. O documento tem duas páginas, em frente e verso, numeradas 01/02 e 02/02. Da forma como antes se encontrava, o verso (página 02/02) estava na frente e nele se lia o valor das coberturas contratadas, assim:

| | |
|--|---------------|
| Coberturas | |
| Perda e roubo | R\$ 18.106,00 |
| Morte | R\$ 10.650,00 |
| Invalidez permanente total em decorrência de crime | R\$ 10.650,00 |
| Renda única por hospitalização em decorrência de crime | R\$ 1.065,00 |
| Serviços de assistência em decorrência de crime | |

Sucedem que as coberturas estavam explicitadas exatamente na parte frontal do certificado, página 01/02, assim:

IMPORTANTE:

Você conta com as seguintes coberturas e benefícios:

- Proteção para perda ou roubo em até 3 dias antes da comunicação;
- Morte ou invalidez permanente em consequência de crime;
- Renda por hospitalização à vítima de crime;
- Serviços de assistência às vítimas de crime;



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

JUIZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS
R. Sorbone, 375 - Centreville CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

-E tem mais: você concorre a sorteios mensais no último sábado de cada mês no valor de R\$ 5.000,00 brutos através da Loteria Federal.

Portanto, o evento morte estaria coberto pelo seguro desde que **em consequência de crime**, hipótese não verificada.

Confirmando os termos do certificado, as condições gerais do seguro, expressas no "Manual do Segurado", também enfatizam que o evento previsto era **morte em consequência de crime** (v. fls. 39).

O segurado faleceu por morte natural (v. Fls. 45 e 47).

Contrariamente à tese da autora, a apólice especificava, sim, a causa do óbito como determinante da cobertura securitária (v. Fls. 44).

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que comprovadas, e dos honorários advocatícios do patrono da contestante, por equidade fixados em R\$ 700,00. 1.060/A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 14 de outubro de 2013.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA